

A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO - UMA ORIENTAÇÃO AO PROFESSOR  
DE ENSINO REGULAR

Trabalho de Monografia apresentado  
ao Curso de Especialização em Educação  
Especial, do Departamento de Teoria e  
Fundamentos da Educação, do Setor de Edu-  
cação, da Universidade Federal do Para-  
ná.

CURITIBA

1985

# SUMÁRIO

	Página
I. INTRODUÇÃO.....	1
1. Justificativa.....	1
2. Problema.....	2
3. Objetivos.....	2
4. Definição de Termos.....	3
II. METODOLOGIA.....	4
III. REVISÃO DE LITERATURA.....	5
1. Caracterização do Deficiente Auditivo.....	5
2. Educação do Deficiente Auditivo.....	8
β. Escolas Especiais para Deficientes Auditivos.....	11
3.1. Caracterização.....	11
3.2. Instalações.....	12
3.3. Classe Especial.....	15
3.4. Sala de Recurso.....	18
4. A Integração do Deficiente Auditivo no Ensino Regular.	18
4.1. A Escola Comum e o Deficiente Auditivo.....	23
IV. CONCLUSÃO.....	29
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
VI. ANEXOS.....	34

# I. INTRODUÇÃO

## 1. JUSTIFICATIVA

Um dos problemas enfrentados com frequência pelos estudantes portadores de deficiência auditiva, ao ingressarem em escola de ensino regular, é a integração.

A impossibilidade da criança surda adquirir a fala de maneira corrente e de ouvir a fala de outros, são suas deficiências mais óbvias. Sendo a linguagem um requisito prévio da plena integração de uma criança na família, comunidade e sociedade, ouvir é, normalmente, uma importante fonte de agradável experiência social.

Uma linguagem comum é o principal meio de integração social do homem. *"Além de serem duas das nossas principais vias de informação, o ouvido e a fala contribuem tanto para a aceitação social como para o sentimento de segurança pessoal de cada um ; ainda ajudam na aprendizagem e manutenção de capacidades não verbais".<sup>1</sup>*

Como a maioria das explicações dadas pelos professores são orais, e o estudante deficiente auditivo é apenas um entre as crianças de audição normal, mesmo que observe o professor com

<sup>1</sup> COUTO, Alpia. Linguagem é comunicação também para o deficiente auditivo. p. 7.

atenção, não consegue captar tudo o que ele fala, necessitando da ajuda dos colegas e de uma atenção especial do professor.

Diante destas circunstâncias e pela falta de estudos teóricos referentes a este problema é que se justifica a necessidade de formular uma proposta de orientação para professores de ensino regular que possuam em suas classes crianças com deficiência auditiva, procurando desta forma facilitar o processo de integração.

Esta proposta poderá ser utilizada pelos professores da "Escola de Recuperação da Criança Excepcional" de Campo Largo, ou por qualquer profissional que demonstre interesse pelo tema em estudo.

## 2. O PROBLEMA

Este trabalho é uma tentativa de contribuir para a solução do seguinte problema:

Como orientar professores das escolas de ensino regular a trabalharem com crianças deficientes auditivas em uma classe de ensino regular?

## 3. OBJETIVOS

O desenvolvimento deste estudo procurará atingir os seguintes objetivos:

1.3.1. Oferecer aos professores das escolas de ensino regular orientação referente ao trabalho com a criança portadora de deficiência auditiva.

1.3.2. Contribuir para facilitar a integração das crianças portadoras de deficiência auditiva a classes do ensino regular.

#### 4. DEFINIÇÃO DE TERMOS

**Integração:** possibilidade de ajustamento do indivíduo às exigências dos diferentes meios.

**Deficiente auditivo:** indivíduo que apresenta uma diminuição do grau de audição.

**Escola de ensino regular:** escola integrante do sistema regular de ensino, que atende predominantemente a alunos não deficientes e que pode receber também alunos deficientes.

## II. METODOLOGIA

Este trabalho se desenvolverá de acordo com as seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico.
- Contato com o CENESP.
- Coleta de material através de profissionais do Departamento de Educação Especial.
- Seleção e análise do material.
- Fornecimento de sugestões para professores que trabalham com crianças portadoras de deficiência auditiva.

### III. REVISÃO DE LITERATURA

#### 1. CARACTERIZAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO

*"A criança com audição defeituosa não se apercebe da natureza dos seus problemas e poucos adultos não deficientes estão conscientes da vastidão dos problemas dos deficientes".<sup>2</sup>*

A surdez consiste na perda, maior ou menor da percepção normal do som. Há vários tipos de deficientes auditivos, variando de acordo, com os diferentes graus da perda da audição.

Sob o aspecto que interfere na aquisição da linguagem e da fala, importante para o atendimento educacional, o déficit auditivo pode ser definido como perda média em decibéis, na zona convencional (frequência de 500-1.000-2.000) para o melhor ouvido.

O Bureau Internacional d'Audiophonologie-BIAP classifica os deficientes auditivos do seguinte modo:

Portador de surdez leve - Indivíduo que apresenta perda auditiva situada até 40 decibéis. Uma perda de até 40 db. impede que a criança perceba igualmente todos os fonemas da palavra e impede que ouça a voz fraca ou distante. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser causa de algum problema articulatorio ou dificuldade na leitura ou escrita.

<sup>2</sup> TELFORD, W. Charles & SAWREY, M. James. O indivíduo excepcional. p. 350.

Portador de surdez média - indivíduo que apresenta perda auditiva entre 40 a 70 db. Os limites encontram-se ao nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja percebida. Apresenta maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade de compreender certos termos de relação ou frases gramaticais complexas sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão individual para a percepção visual.

Portador de surdez severa - indivíduo que apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Este tipo de perda permite apenas que o deficiente identifique alguns ruídos familiares. O deficiente só poderá perceber a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem preparada, a criança poderá adquirir alguma linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, da aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

Portador de surdez profunda - indivíduo que apresenta perda auditiva superior a 90 db.

Este tipo de surdez priva a criança das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana impedindo que adquira a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica, quanto à identificação simbólica da linguagem. O bebê que nasce surdo, balbucia como o bebê de audição normal, mas no momento em que a estimulação auditiva externa, à qual tem acesso, passa a ter importância para a aquisição da linguagem oral, suas emissões vocais

começam a desaparecer. Não adquire a fala como instrumento de comunicação, pois, não a percebendo, não se interessa por ela, e, não tendo "feedback" auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões.

A construção da linguagem oral na criança com surdez profunda é uma tarefa longa e bastante complexa, envolvendo aquisições, como: tomar conhecimento do mundo sonoro, aprender a utilizar todas as vias perceptivas que podem complementar a audição, conservar a necessidade de comunicação e de expressão, compreender a linguagem e aprender a expressar-se.

Na área da deficiência da audição, as alternativas de atendimento estão relacionadas às condições individuais do educando.

Para prescrevermos o atendimento para educandos deficientes auditivos devemos considerar os seguintes fatores: o grau da perda auditiva e do comprometimento linguístico, a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a educação especial.

Quanto maior for a perda auditiva, maiores serão os problemas linguísticos e maior será o tempo que o deficiente precisará de atendimento especializado.

A Portaria Interministerial nº 186, de 10 de março de 1978, em seu artigo 3º, classifica os deficientes da audição em dois grupos:

Surdos - Alunos que apresentam perda da audição em grau que impeça a percepção da voz humana, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para aquisição, correção e desenvolvimento da fala e da linguagem.

Parcialmente surdos - Alunos que, embora com a perda de audição, possam perceber a voz humana, apresentando dificuldades de compreensão da mensagem e da expressão oral, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para correção e desenvolvimento da fala e da linguagem.

De acordo com a Portaria acima citada, são classificados como surdos os indivíduos portadores de surdez severa e os portadores de surdez profunda, e parcialmente surdos os indivíduos portadores de surdez média e os portadores de surdez leve.

## 2. EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO

Há diferença na aprendizagem da fala e no entendimento do que os outros falam, entre os diferentes grupos de deficientes auditivos.

A criança portadora de surdez profunda vai depender inteiramente, para a sua educação, da visão e dos outros sentidos.

*"Tem que aprender a compreender a fala exclusivamente pela visão (leitura labial, leitura da fala, comunicação visual ou escuta visual) e aprende a falar através dos sentidos visual, cutâneo e cinestésico".<sup>3</sup>*

Mesmo sendo precocemente diagnosticado o indivíduo com surdez profunda e conseqüentemente sem linguagem deverá receber estimulação apenas na pré-escola ou classe especializada através de processos pedagógicos especiais.

<sup>3</sup> TELFORD. p. 417.

A alfabetização do deficiente com surdez profunda realiza-se paralelamente à estruturação da linguagem oral. Esse período poderá durar de um ano e meio a três anos. O que vai influenciar para que esse processo seja mais lento ou mais rápido são as condições individuais, como a idade em que começou seu atendimento especial, o grau de participação da família e o desenvolvimento alcançado em sua educação especial, principalmente sob o aspecto linguístico.

A criança portadora de surdez severa deverá freqüentar escola ou classe especial para adquirir a linguagem básica de compreensão e de expressão e também para ser alfabetizada.

Após a aquisição da linguagem básica e estando alfabetizado o deficiente auditivo poderá começar a freqüentar uma classe comum em um período, e em outro, continuará na escola especial, para estimulação auditiva, aperfeiçoamento da fala, desenvolvimento da linguagem oral e escrita e acompanhamento da escolaridade. Mais tarde, a criança portadora de surdez severa poderá freqüentar a classe comum apenas com atendimento individual especializado durante a metade de um período, podendo, nos melhores casos freqüentar apenas a classe comum nas últimas séries do 1º grau.

Um deficiente com surdez severa que realizou sua integração em classe comum, no 1º grau, poderá seguir seus estudos sem maiores problemas, desde que seja bem acompanhado em relação ao desenvolvimento linguístico.

Também há casos em que o deficiente começa sua educação muito tarde, ou apresenta outro comprometimento além da surdez, que dificulta o processo de aquisição da linguagem, podendo permanecer em escola ou classe especial durante todo o 1º grau.

A criança portadora de surdez média, deverá freqüentar a pré-escola comum com educandos não deficientes, desde que receba atendimento especializado, em outro período diário. Esse atendimento deverá ser individual, segundo as necessidades de cada educando. O trabalho poderá ser realizado numa escola especial, numa sala de recursos ou em um consultório fonoaudiológico. O trabalho especializado deverá envolver, principalmente, a estimulação auditiva e a aquisição da linguagem oral.

A criança com surdez média poderá beneficiar-se com o uso da prótese otofônica.

Após o trabalho específico com adaptação à prótese otofônica, correção de fala e linguagem, o deficiente poderá começar a freqüentar uma classe comum, continuando a receber atendimento individual específico para estimulação auditiva, desenvolvimento da linguagem, e se necessário apoio para escolaridade, na escola especial ou na sala de recursos da escola comum.

O atendimento especializado vem diminuindo, progressivamente, predominando os programas regulares. Quando o deficiente estiver completamente integrado na classe comum, deve permanecer apenas com uma supervisão especializada.

A criança com surdez média que conclui o 1º grau em escola comum poderá seguir os cursos de 2º grau sem maiores dificuldades.

A criança portadora de surdez leve deve frequentar a pré-escola comum. Em geral esses deficientes não apresentam dificuldades nas classes comuns. Caso apresentem problemas articulatórios ou dificuldades no período de alfabetização, com relação à

leitura ou à escrita, deverão receber atendimento especializado. Esse atendimento poderá ser realizado em sala própria para atendimento individual, sala de recursos ou consultório fonoaudiológico, com duração de 30 ou 40 minutos, duas ou três vezes por semana.

### 3. ESCOLAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO

A escola especial para deficientes auditivos é a que, dispondo de instalações, equipamentos, recursos didáticos e pessoal especializado, se propõe a atender educandos com deficiência da audição desde a idade pré-escolar, visando propiciar o pleno desenvolvimento das suas potencialidades.

Sempre que possível, a escola especial deverá procurar habilitar o deficiente auditivo para ingressar no sistema regular de ensino, devendo complementar o atendimento prestado na escola comum. Para os deficientes que não possuem condições de se integrarem no sistema de ensino regular, a escola especial deve propiciar atendimento educativo continuado, incluindo a orientação profissional que possa facilitar seu ingresso na força de trabalho.

A escola especial poderá funcionar em regime de tempo parcial, tempo integral ou poderá ainda prestar atendimento complementar a alunos deficientes da audição matriculados em escolas da rede regular, situadas nas proximidades.

A escola especial para deficientes da audição deverá contar com uma equipe técnica multidisciplinar composta de professores, psicólogos, orientadores educacional, supervisor assistente social, fonoaudiólogo e médico. Para manutenção do equipamento específico a escola deverá, ainda contar com um técnico em eletrônica.

Conforme o artigo 10 da Lei 5692/71 o estabelecimento de ensino especializado deverá, ainda, organizar serviço de orientação educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.

Numa escola especializada todo o pessoal docente deverá possuir qualificação necessária para o desempenho de suas funções, acrescida da especialização na área da deficiência da audição.

A organização e funcionamento do atendimento educacional em escolas especiais deverão obedecer às diretrizes do artigo 9º da Lei 5692/71, com adaptações para atender às características dos educandos deficientes da audição.

### 3.2. INSTALAÇÕES

A escola especial poderá funcionar em prédio especialmente construído ou em prédio adaptado, desde que o local não seja exposto a ruídos intensos.

Não é necessário o completo isolamento sonoro das salas de aula. O importante é que se consiga diminuir a interferência dos ruídos exteriores.

Como dependências, a escola deverá ter o setor administrativo, o setor psicossocial, o setor pedagógico, áreas próprias para a educação física, atividades sociais, de recreação e lazer, local apropriado para a orientação e formação pré-profissional e profissional.

Como salas específicas para o atendimento do deficiente da audição, compreendem-se: a sala para atendimento coletivo; sala para o atendimento individual; sala de estimulação em campo livre.

Sala de atendimento coletivo é a sala de aula com equipamentos específico para o atendimento de grupos de no máximo oito alunos deficientes auditivos.

Sala de atendimento individual é a sala com equipamento para o atendimento de um educando deficiente da audição, visando, principalmente, as correções fonéticas e o aperfeiçoamento da expressão oral.

Sala de ritmo é a sala com equipamentos específicos para atividades rítmicas dispondo do espaço livre necessário.

Sala de estimulação em campo livre é a sala que dispõe de amplificador e alto-falante, onde o deficiente recebe estimulação sonora direta, sem usar fones ou prótese otofônica.

Dependendo das condições próprias de cada escola, uma mesma sala poderá ser utilizada para as atividades de ritmo e de estimulação em campo livre.

5.2  
-  
Todo o trabalho com o deficiente da audição deverá ter como principal meta, a linguagem. Os problemas de comunicação aparecem em razão direta do grau da perda auditiva e da faixa etária

ria em que esta ocorreu. Quanto maior é a perda e quanto mais baixa a faixa etária, maiores serão os problemas linguísticos.

O deficiente que não adquirir a linguagem pelos processos naturais deverá receber uma estimulação específica para o seu caso, enfatizando-se a estimulação auditiva.

O atendimento em grupo, com equipamentos específicos, deverá estar sob a responsabilidade do professor especializado na educação do deficiente da audição e o atendimento individual para a estimulação auditiva, correção e aperfeiçoamento da fala e da linguagem oral poderão ser feitos por professor especializado ou pelo fonoaudiólogo.

Todo o atendimento ao deficiente da audição tem a linguagem como principal meta.

Todo o pessoal da escola especial deverá estar preparado para colaborar na educação do deficiente auditivo. Não apenas os professores, mas todos os membros da equipe, assim como os demais funcionários deverão participar do trabalho, principalmente em relação à comunicação oral.

A escola especial deve estar devidamente preparada para o atendimento de todos os casos de surdez, abrangendo:

- estimulação essencial;
- educação pré-escolar;
- período preparatório para o ensino de 1º grau;
- primeiro grau especializado para educandos que, por razões específicas, não conseguem integrar-se em classe comum;

- atendimento específico para educandos em processo de integração em classe comum;
- formação e orientação pré-profissional;
- atendimento individual para educandos com problemas de fala e de linguagem oral ou escrita;
- orientação aos pais;
- orientação educacional e psicossocial;
- centro de diagnóstico, sempre que possível.

### 3.3. CLASSE ESPECIAL

A classe especial é a classe que, embora localizada na escola comum, atende deficientes da audição em ambiente físico, adequado, com professor, equipamento, método, técnicas e recursos específicos.

A classe especial pode ser criada em locais onde não existem escolas especiais para o atendimento do educando deficiente da audição. Neste caso, em uma escola comum, é instalada a classe especial que se destina ao atendimento de deficientes auditivos sem possibilidade de ingressar em classe comum.

A classe especial para deficiente da audição, assim como a escola especial deve ter como principal objetivo o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, visando, sempre que possível, a sua integração em classe comum.

Na classe especial é importante que haja, tanto quanto possível, a homogeneização do grupo a ser atendido, observando-se, a faixa etária, o grau e a perda auditiva, o comprometimento linguístico, o nível de escolaridade e a ocorrência de outros

Os deficientes serão agrupados em diferentes classes, de acordo com o diagnóstico apresentados.

Não é necessário o completo isolamento sonoro das salas. O importante é que se consiga diminuir a interferência dos ruídos exteriores, que seja bem iluminada para facilitar a percepção da linguagem por via visual.

Há necessidade que hajam pelo menos, duas salas específicas para o atendimento do deficiente auditivo: a sala para atividades em grupo ou atendimento coletivo e outra para atendimento individual.

O trabalho com o deficiente auditivo da classe especial, deverá ser o mesmo da escola especial, com objetivos específicos para o pré-escolar, o período preparatório e o 1º grau.

O atendimento ao deficiente auditivo deve ter a linguagem como principal meta, com um trabalho envolvendo todas as áreas de desenvolvimento.

Mesmo que a escola comum não disponha, como na escola especial, de salas específicas para ritmo e estimulação em campo livre, a classe especial deverá procurar proporcionar ao deficiente auditivo todas as atividades necessárias para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Durante o período preparatório ao ensino de 1º grau, deverá enfatizar-se a estruturação da linguagem, pois essa será a base de toda a escolaridade futura.

Como já foi salientado, o grupo atendido na classe especial deverá ser de no máximo oito alunos deficientes da audição. Caso exista apenas uma classe especial em uma localidade, e esta tiver uma matrícula heterogênea quanto à faixa etária, a escolaridade, o grau da perda auditiva e o comprometimento linguístico, os educandos poderão ser atendidos em horários diferentes, em grupos tão homogêneos quanto possível.

Paralelamente ao atendimento em classe especial faz-se o atendimento individual, para o aperfeiçoamento da fala e da linguagem. Na escola comum esse trabalho poderá ser realizado na sala de recursos ou em sala especial para esse tipo de atendimento.

Na classe especial o atendimento deverá ser realizado por professores especializados na educação do deficiente da audição. Este professor deverá receber orientação de um supervisor, também especializado, membro da equipe de Educação Especial da Secretaria de Educação que deverá percorrer todas as classes especiais em sua área.

Todo o pessoal da escola comum deverá participar do trabalho com os educandos da classe especial.

A equipe da Secretaria de Educação deverá fornecer a orientação necessária, para que todo o pessoal da escola compreenda o deficiente, aceitando suas limitações, conhecendo suas possibilidades, principalmente, aceitando-o como um dos educandos do grupo.

Os alunos da classe especial deverão estar totalmente integrados à vida da escola, participando de todas as atividades recreativas, sociais e de lazer.

#### 3.4. SALA DE RECURSO

A sala de recurso é a sala que, na escola comum, dispõe de equipamentos, recursos didáticos e professor especializado para o atendimento específico do educando deficiente da audição, em trabalho paralelo à sua integração na classe comum.

A sala de recurso deve ser instalada obedecendo ao modelo adotado para a classe especial. O mesmo espaço físico utilizado para funcionamento da classe especial poderá, em outro horário, ser utilizado como sala de recurso.

A sala de recurso para o deficiente da audição tem a finalidade de proporcionar atendimento específico ao deficiente auditivo que esteja frequentando a classe comum. Esse educando tem necessidade de atendimento diferenciado, paralelo à sua integração, para estimulação auditiva, correção da linguagem e apoio para escolaridade. Esse atendimento poderá ser individual ou em pequenos grupos de no máximo quatro alunos.

#### 4. A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NO ENSINO REGULAR

No Brasil, a Lei 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina no seu artigo 88 que *"a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade."*<sup>4</sup>

Em 1971, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza que o educando deve ser tratado de acordo com as diferenças individuais apresentadas. Em seu artigo 9 diz que os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais ou que se encontram em atraso quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.<sup>5</sup>

Essas duas leis, tem por filosofia a integração do excepcional nas escolas comuns.

O atendimento aos educandos excepcionais deve ser concebido e realizado segundo os princípios básicos de normalização, integração e individualização que norteiam as ações e procedimentos adotados no campo da Educação Especial.

Normalizar não significa tornar o excepcional "*normal*", mas sim criar condições de vida tanto quanto possível similares às condições normais da sociedade em que vive, tanto na família, na escola, como no trabalho.<sup>6</sup>

Integrar pressupõe levar em consideração os aspectos de integração temporal, instrucional e social no que diz respeito ao excepcional propriamente dito, como também, propiciar a integração das instituições, órgãos, esferas administrativas e grupos profissionais que estejam envolvidos com o atendimento ao excepcional.

<sup>5</sup> Lei 5692/71.

<sup>6</sup> MEC/SENESP. Subsídios para educação especial. p. 8.

Individualizar supõe respeitar as diferenças individuais dos excepcionais, suas necessidades, possibilidades, limites pessoais.<sup>7</sup>

*"A consequência fundamental do princípio da normalização se refere à integração do excepcional. Normalização é o objetivo, integração é o processo. Integração é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional."*<sup>8</sup>

Muitos estudiosos da educação especial vêm tentando explicar o sentido da integração e suas consequências nos sistemas educacionais.

Os três elementos básicos da integração o temporal, o instrucional e o social constituem o "mainstreaming" ou educação integral do excepcional.

*"A integração temporal refere-se à disponibilidade ou oportunidade do deficiente permanecer com crianças normais e aos resultados positivos que se espera obter através das ações institucionais e sociais."*<sup>9</sup>

São três as fases que a compõem:

- Pré-integração - período em que o deficiente e a classe regular, a escola toda, se preparam para recebê-lo;

- integração propriamente dita - período inicial das experiências e atividades de integração;

<sup>7</sup> PEREIRA. p. 3.

<sup>8</sup> PEREIRA. p. 4.

<sup>9</sup> PEREIRA. p. 4.

- pós-integração - período de avaliação de resultados.

*"A integração instrucional significa a disponibilidade de oportunidades e de condições de estímulos que o excepcional encontra no ambiente da classe regular que facilitem seu processo de ensino-aprendizagem."*<sup>10</sup>

As condições necessárias para que ocorra a integração são três:

1. as características da criança excepcional e suas necessidades educacionais devem ser compatíveis com as oportunidades dadas as crianças de classes comuns;

2. a compatibilidade das características do excepcional de suas necessidades educacionais, com as oportunidades de ensino-aprendizagem depende do interesse do professor da classe de ensino regular em adequar a metodologia às necessidades do deficiente;

3. os serviços e recursos especiais oferecidos aos deficientes devem ser compatíveis com as suas necessidades educacionais.

A integração social refere-se às relações do deficiente com seus colegas normais.

As quatro dimensões da integração social são: proximidade física - integração - assimilação - aceitação.

A proximidade física implica na diminuição da distância espacial entre o excepcional e o grupo de crianças normais.

<sup>10</sup> PEREIRA. p. 5.

A conduta interativa implica na comunicação verbal, gestual ou física entre duas ou mais pessoas, esta conduta é considerada a mais alta expressão de interação social.

A assimilação social e a aceitação decorrem das duas primeiras dimensões. *"A assimilação se realiza quando o excepcional participa e é reconhecido como elemento ativo dentro do grupo, sendo aceito em suas atividades e programas."*<sup>11</sup>

A operacionalização do mainstreaming ocorre através de um sistema de integração de serviços destinados ao atendimento do excepcional de acordo com o grau de deficiência.

Os principais objetivos da integração do deficiente auditivo no sistema de ensino regular são:

- socialização;
- aquisição de hábitos e atitudes das crianças ouvintes;
- desenvolvimento da leitura oro-lábio-facial;
- desenvolvimento da linguagem interior e falada.

Para que a integração obtenha êxito é necessário estabelecer, para cada caso, o momento oportuno para que o educando comece a freqüentar a classe comum.

Começando o processo de integração em classe comum, o deficiente da audição deve continuar, paralelamente, na escola especial com um atendimento especializado. Esse atendimento deverá envolver o desenvolvimento da linguagem, a estimulação auditiva e o estudo dirigido, apoiando as áreas curriculares do ensi-

<sup>11</sup> PEREIRA. p. 5.

nó comum. Além desse atendimento é necessário que um professor ou supervisor especializado, atue como elemento de ligação entre os dois tipos de ensino, proporcionando não só o apoio ao deficiente auditivo, como também à escola comum e ao professor que o recebe para integração.

#### 4.1. A ESCOLA COMUM E O DEFICIENTE AUDITIVO

Os educandos deficientes auditivos podem freqüentar uma escola comum em diferentes tipos de atendimento, variando de acordo com as necessidades de cada caso.

##### Classe Comum:

O deficiente auditivo poderá freqüentar uma escola comum desde que seja anteriormente preparado em escola ou classe especial. Esses deficientes freqüentam as classes comuns juntamente com educandos não deficientes, em qualquer faixa etária ou nível de ensino, seguindo os mesmos programas e, enquanto necessário, recebendo acompanhamento da escola ou classe especial.

A integração do deficiente da audição ao sistema de ensino regular é um processo individual. Em cada caso deverá ser estabelecido o momento oportuno para que o educando comece a freqüentar a classe comum.

Enquanto o deficiente da audição não estiver preparado para freqüentar a classe comum, deverá permanecer em escola ou classe especial.

Como já se afirmou, as diferenças em relação ao processo de integração escolar dependem do grau e do tipo de perda auditiva, da idade em que esta ocorreu, e da época em que o defici-

ente auditivo começou sua educação especial. Um deficiente que foi diagnosticado e começou precocemente sua educação especial poderá freqüentar mais cedo uma classe comum.

Aconselha-se que um deficiente auditivo comece sua integração em classe comum depois de adquirir a linguagem básica de compreensão e de emissão e dominar as técnicas da leitura e da escrita, necessárias para comunicar-se e participar das atividades curriculares do Ensino Regular.

É necessário que a sala a ser frequentada pelo educando deficiente auditivo não seja exposta a excesso de ruídos (o que dificultaria o uso da prótese otofônica); e seja bem iluminada, para facilitar a percepção visual do educando, principalmente em relação ao rosto do professor enquanto fala.

Quanto aos aspectos pedagógicos, recomenda-se que, além do uso da prótese otofônica, o educando deficiente auditivo seja:

- tratado sem distinções em relação ao grupo;
- colocado nos primeiros lugares da sala, para facilitar a compreensão da linguagem; o lugar que deverá ocupar na sala implica na distância e na qualidade da iluminação, ambos da maior relevância para a percepção visual, a qual deverá compensar a deficiência auditiva;
- o único deficiente em cada turma de alunos não deficientes, evitando a colocação de vários deficientes auditivos em uma mesma classe;

- colocados em turmas de no máximo 25 alunos não deficientes, procurando-se evitar seu ingresso em turmas muito numerosas, que dificultariam sua integração.

Que o professor:

- fale sempre de frente, evitando colocar-se em pontos sombrios ou com excesso de claridade, utilizando, sempre que necessário material concreto que facilite a compreensão da linguagem oral;

- procure falar em voz clara sem gritar, usando um tom natural, de modo que toda a classe possa ouvir; uma voz muito forte ou muito aguda pode provocar distorção de sons, dificultando a audição e a compreensão, através da prótese otofônica;

- procure não falar muito depressa, nem muito devagar, conservando um ritmo natural;

- evite colocar as mãos ou algum objeto em frente ao rosto enquanto fala;

- evite movimentar-se na sala enquanto dá uma explicação;

- verifique se o aluno compreendeu cada trabalho, assegurando-se de que está atento às explicações;

- sublinhe os pontos mais importantes durante uma aula ou trabalho;

- encoraje o aluno a usar prótese auditiva, interessando-se por ela e seu bom funcionamento e informando os demais alunos sobre seu uso, funcionamento e utilidade;

- proporcione oportunidade para que o deficiente fale sempre em aula, objetivando melhorar sua linguagem e sua integração com o grupo, estimulando sua linguagem através da valorização da comunicação oral em classe;

- estimule os colegas a falarem com os educandos deficientes.

Para que se realize a integração do deficiente auditivo é necessário que:

- a escola comum esteja devidamente preparada para recebê-lo e que haja, pela escola especial, o acompanhamento e o apoio individual para cada caso;

- os educandos que freqüentam a classe comum em um período diário continuem, em outro período, na escola ou classe especial;

- na escola ou classe especial, o trabalho de acompanhamento do educando seja feito em pequenos grupos, com atenção individualizada, para a estimulação auditiva, o desenvolvimento linguístico e o estudo dirigido, além do atendimento individual, para aperfeiçoamento da expressão oral;

- a duração desse trabalho dependerá do grau de surdez, do nível de comunicação e das dificuldades de cada educando;

- durante o processo de integração do deficiente auditivo ao ensino regular, deverá haver um professor ou supervisor especializado que atue como elemento de ligação entre a classe comum e a escola ou classe especial. Esse especialista será in-

cumbido de acompanhar o desempenho do educando deficiente auditivo na classe comum, levantando suas dificuldades e necessidades, cabendo-lhe, ainda fornecer orientação ao professor da classe comum;

- todas as informações relativas ao desempenho do educando deficiente da audição, na classe comum, sejam também, fornecidas ao professor especializado responsável pelo apoio do educando na escola ou classe especial. Essas informações serão de maior relevância como orientação do trabalho específico a ser desenvolvido com o deficiente da audição em processo de integração escolar;

- seja estimulada a participação da família, da maior importância, para todo o processo educacional, podendo contribuir para aceleração do processo de integração do deficiente.

Uma criança com surdez profunda, se diagnosticada precocemente e receber estimulação essencial necessária para seu desenvolvimento, assim como educação pré-escolar e alfabetização deverá estar preparada para frequentar uma classe comum a partir da 1ª série do 1º grau, continuando na escola ou classe especial em outro período do dia para todo o trabalho de estimulação auditiva, desenvolvimento da linguagem oral e apoio à escolaridade.

Começando tardiamente sua educação especial ou tendo outros comprometimentos, um deficiente com surdez profunda terá maiores dificuldades para adquirir a linguagem oral e atingir um nível de comunicação suficiente para sua integração em uma classe comum. Dessa forma poderá cursar todo o 1º grau na escola ou classe especial.

Em alguns casos, apesar de ter começado depois de seis ou sete anos de idade, o deficiente consegue atingir a classe comum, mesmo estando em faixa etária superior à média dos educandos não-deficientes.

Em muitos casos, também os educandos que precisam ingressar no mercado de trabalho podem cursar o 1º grau em horários noturnos.

O mais importante para que um deficiente auditivo se integre em escola comum é ser tratado por todos sem distinções, participando das atividades comuns da escola.

*"Tanto os professores que têm contacto direto com o educando deficiente, como o pessoal técnico administrativo e de serviços gerais devem receber orientação da equipe especializada para um melhor conhecimento do aluno, suas limitações e suas possibilidades de educação e de integração."*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Subsídios para educação especial.

#### IV. CONCLUSÃO

Apesar da integração da criança deficiente auditiva em sala de aula comum estar se tornando cada vez mais uma prática normal, ainda se pode notar que a matrícula de um deficiente auditivo numa classe regular constitui uma ameaça para o professor comum.

*"O professor fica hesitante, sobre como lidar com a criança. Não está certo de como manter uma atmosfera de aula, que reconheça e dê o necessário desconto às limitações genuínas das crianças, sem fomentar uma excessiva dependência."*<sup>13</sup>

A presença de um deficiente auditivo numa sala de aula aumenta a responsabilidade do professor, pois o deficiente auditivo tem maior necessidade de procedimentos especiais, e requer maior dedicação e interesse.

Sabe-se que as dificuldades do professor de classe regular, serão bastante ampliadas com a presença da criança deficiente auditiva. Entretanto, as vantagens da integração possibilitam à criança deficiente auditiva adaptar-se com mais facilidade à sociedade em que está inserida, e é graças a integração, que as crianças normais crescem na convivência com os deficientes, aprendendo a aceitá-las e compreendendo suas dificuldades.

<sup>13</sup> TELFORD. p. 114.

Para que essa integração torne-se realmente compensado - ra, é necessário que a escola comum, esteja devidamente prepara da para receber o portador de deficiência e que haja pela esco - la especial, uma orientação, um apoio, para que a presença des - ta criança não se torne um peso, e sim um desafio para o profes - sor. Essa orientação deverá ser dada, por um orientador ou um supervisor especializado em educação especial.

O primeiro passo para esta orientação é a visita do orien - tador à escola antes do início das aulas. Nesta visita o orien - tador deverá:

1- esclarecer ao professor, sobre o que é uma criança de - ficiente auditiva, o porque da colocação dela no ensino regular e discutir com o professor o documento constante, anexo I, deste trabalho. "Como ajudar a criança que não ouve bem?" que expli - ca como deve ser a atitude do professor, para com o deficiente auditivo em relação às demais crianças da classe e como agir com os pais das outras crianças;

2- explicar ao professor que a maior dificuldade do defi - ciente auditivo é em Comunicação e Expressão na parte referente a Redação e Ditado e que para facilitar a compreensão do surdo seria interessante o professor saber como pronunciar certos fone - mas, fornecendo-lhe um texto sobre "como pronunciar certos fone - mas" (Anexo II);

3- deixar com o professor cópias dos textos como falar aos surdos (Anexo III), encarregando-o de distribuí-los aos de - mais professores e funcionários do estabelecimento;

4- esclarecer, que é indispensável que o professor mante - nha contato constante com os pais, para orientá-los sobre como podem ajudar seus filhos nos trabalhos escolares.

5- comprometer-se em ajudar o professor sempre que necessário;

6- visitar a escola mensalmente; caso não seja possível, no mínimo, uma vez cada bimestre.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Clóvis de Faria. Vocabulário de termos psicológicos e psiquiátricos. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975.
- ARAUJO, Maria Ivone Atalécio de. Experiências de linguagem oral na escola primária. Belo Horizonte, DAP, 1962.
- BLOCH, Pedro. Seu filho fala bem? Rio de Janeiro, Bloch, 1975.
- BRASIL, Leis e Decretos. Lei 4.024/61, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.
- \_\_\_\_\_. Lei 5692/71, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional brasileira. 1971.
- CARVALHO, Neusa Maria Gomide Pacheco de Carvalho. Proposta de treinamento de pais para atuarem em estimulação de crianças entre quatro e sete anos de idade com deficiência auditiva severa ou extrema. Universidade Federal do Paraná, 1983.
- COUTO, Alpia. Linguagem é comunicação também para o deficiente auditivo. Educação, Brasília, 1976.
- \_\_\_\_\_. O deficiente auditivo de 0 a 6 anos. Rio de Janeiro, Skorpions, 1980.
- CRUICKSHANK, William M. et alii. Educação de excepcionais. Porto Alegre-Rio de Janeiro, 1982. v. 2.
- DÓRIA, Ana Rimoli de Faria. Manual de educação da criança surda. Rio de Janeiro, MEC, 1961.
- DUNN, Loyd M. Crianças excepcionais seus problemas sua educação. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1975. v. 2.
- GUIRAUD, Henri. A criança inadaptada à escola. São Paulo, Moraes Editores, 1977.
- HILGARD, E. R. Teorias da aprendizagem. São Paulo, Herder, 1969.
- INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE. In: Seminário sobre deficiente auditivo. Rio de Janeiro, 1980.
- KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, CBPE, 1974.

- MEC/SEPS/CENESP. Subsídios para educação especial na área da deficiência auditiva. 1984.
- NORONHA, Maria Helena Marinho de. Como trabalhar com o deficiente auditivo na classe comum. 10 p. mimeografada. Rio de Janeiro, 1984.
- PEREIRA, Olivia et alii. Educação especial - atuais desafios. Interamericana, 1980.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 186, 10 de março de 1978. Art. 186.
- RYIZ, João Álvaro. Metodologia científica. Guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas, 1982.

## VI. ANEXOS

## ANEXO I

### COMO AJUDAR A CRIANÇA QUE NÃO OUVI

#### ORIENTAÇÃO AO PROFESSOR:

1. Aceite-a com boa disposição. Pessoa que é basicamente uma criança normal do ponto de vista condutal, intelectual e perceptual.

2. Coloque-se na sua classe próxima à criança e de frente para ela. Se as circunstâncias a obrigarem a ficar longe, faça-lhe logo a explicação em particular.

3. Fale claramente. Não exagere a articulação. Não a entenderá melhor.

4. Enfatize a motivação. Utilize, abundante material concreto e permita que ela veja e sintá (informação visual e tátil) mais do que as outras crianças.

5. Não a superproteja. Ajude-a, porém não lhe dê as soluções.

6. Recompense seus esforços.

7. Demonstre que notou seus acertos, porém não passe por alto, seus erros (porque pobrezinha é surda).

8. Mantenha uma constante comunicação com a família. Ela está disposta a colaborar. Cuide que a ação seja coerente.

## COM RESPEITO À CRIANÇA:

1. Coloque-a em um melhor lugar. Em frente e perto de um aluno de boa conduta e estudioso. Ela deve *"ver o que você fala"*.
2. Deve viver um nível de competência com ela mesma. Aumentará o interesse da criança por *"ver o que se diz"*.
3. Deve participar dos jogos de recreação. Intervenha , sem que a criança perceba, se a nota isolada.

## COM RESPEITO AOS COLEGAS:

1. Evite o mínimo de rejeição: favoreça situações competitivas mas que tenha segurança e vá ter êxito, por exemplo: tarefas manuais, cópias, cálculos, escritos.
2. Evite os enganos e os comentários desfavoráveis. Explique sensivelmente a seus alunos que existem crianças que não são iguais, que tem crianças loiras, que tem crianças que são gordas, que tem crianças que não vão bem e que há crianças que não ouvem. Porém que nada disso é importante. Em troca há crianças boas, estudiosas e aplicadas e isto é o que importa.

## COM RESPEITO AOS PAIS DAS OUTRAS CRIANÇAS:

1. Explique-lhe que se trata de uma criança que não perturbará as atividades da aula.
2. Convide-os a visitar sua classe em qualquer momento.
3. Informe-os que os critérios dos países avançados é o de favorecer a integração do deficiente auditivo em escola comum.

4. Faça-o notar que seu filho em nada se prejudica. Ao contrário, sem dúvida se beneficiará desenvolvendo bons sentimentos.

5. Faça-os notar também que o pequeno deficiente auditivo, incorporado à escola comum, ainda que sendo totalmente surdo, tem oportunidade de desenvolver hábitos de independências, melhor adaptação social e melhor oralização etc.

COMO PRONUNCIAR CERTOS FONEMAS

(A) - Boca bem aberta com a língua em posição horizontal e em repouso no chão da boca. Vibração sonora no glote e no peito.

(O) - Lábios em círculo com a língua em posição horizontal e em repouso no chão da boca. Vibração sonora no glote e no peito.

(U) - Lábios em círculo, mais apertados do que o "O". Língua em posição horizontal no chão da boca. Vibração sonora no glote e no peito. Coloca-se a mão nas bochechas para sentir também a vibração.

(E) - Lábios entreabertos permitindo que se veja a língua levemente arqueada. Vibração sonora no glote e no peito.

(I) - A abertura dos lábios é aumentada e retraída para trás, como num sorriso. Os dentes superiores e inferiores ficam muito próximos, sem se tocarem. A língua apoia-se no céu da boca, atrás dos dentes superiores. Vibração no glote e em todo o crânio, mais forte na parte superior da cabeça.

(P) - Forte. Comprime-se os lábios e coloca-se a mão em frente a boca para sentir a explosão do ar que é percebida pelo tato. Não há vibração no glote.

(B) - Fraco. Comprime-se os lábios levemente e coloca-se a mão no glote para se perceber pelo tato a vibração das cordas vocais eo emitir som. Figura labial idêntica ao "P".

(F) - Forte. Coloca-se a mão em frente a boca para perceber o sôpro da corrente expiratória. O lábio inferior toca as bordas dos dentes superiores e o lábio superior ligeiramente retraído. Não vibra o glote.

(V) - Fraco. Os dentes superiores tocam o lábio inferior fazendo vibrá-los. Vibração no glote. Figura labial idêntica ao "F".

(S) - Lábios ligeiramente abertos, retraídos para os lados, deixando uma pequena abertura por onde sai a corrente expiratória. Coloca-se a mão horizontalmente abaixo dos lábios para se perceber a corrente de ar. Não vibra no glote.

(Z) - Lábios ligeiramente abertos. Vibração nos dentes e no glote durante a emissão de som.

(CH-X) - Lábios projetados para a frente em círculo. Coloca-se a mão na frente dos lábios para perceber o sopro pelo tato. A língua fica levemente arqueada. Não vibra o glote.

(J) - Lábios projetados para a frente, relativamente afastados. Coloca-se a mão no glote para sentir a vibração. Figura labial parecida com CH ou X.

(T) - Lábios ligeiramente abertos com a ponta da língua amparada nos dentes superiores ou entre os dentes superiores e inferiores. Coloca-se a mão na frente dos lábios para se perceber pelo tato a explosão do ar provocada pela corrente expiratória. Não vibra no glote.

(D) - Fraco. Lábios ligeiramente abertos, com a ponta da língua amparada nos dentes superiores sentido com a mão a vibração no glote. Figura labial idêntica ao "T".

(C) - Forte. Coloca-se a ponta da língua atrás dos dentes inferiores. Levanta-se o dorso da língua tocando o céu da boca. Coloca-se a mão em forma de forquilha na garganta para sentir a explosão do ar na emissão do som. Sente-se também a explosão do ar provocada pela corrente expiratória, colocando a palma da mão em frente à boca, como se fossemos tossir.

(G) - Fraco. Coloca-se a ponta da língua atrás dos dentes inferiores com o dorso da língua tocando o céu da boca. Vibração no glote e mais nitidamente no dorso do pescoço. Figura labial idêntica a "C".

(L) - Levanta-se a língua ao céu da boca e deixa-se cair no chão da boca. Coloca-se a mão nas bochechas para se perceber pelo tato a vibração provocada pela emissão do som.

(LH) - Emite-se de início "L I A", acelerando gradativamente mais tarde, depois de dominado. Coloca-se a mão nas bochechas para sentir a vibração.

(M) - Lábios levemente cerrados. Coloca-se a mão em uma das narinas a fim de sentir a vibração da mesma, provocada pela expiração do ar que sai pelas fossas nasais. Sente-se também a vibração colocando o dedo indicador nos lábios. Vibração no glote.

(N) - Forte. Língua junto ao céu da boca. Lábios ligeiramente abertos. Coloca-se a mão em uma das narinas para se perceber pelo tato a expiração do ar que sai pelas fossas nasais. Vibra no glote.

(NH) - Fraco. Língua em contato com o céu da boca. Lábios ligeiramente abertos. Vibração numa das narinas e no glote. Para diferenciar do "N", pois tem a figura labial idêntica, pode-se, de início, franzir as narinas, depois de reconhecido, elimina-se esse franzir. Vibração no glote.

(R) - Fraco. Lábios entreabertos. Vibração leve da língua acompanhada da expiração da corrente expiratória. Vibração no glote.

(RR) - Forte. Lábios entreabertos. Vibração forte da língua acompanhada da expiração da corrente expiratória. Coloca-se a mão em frente a boca para se perceber pelo tato a corrente expiratória. Vibração intensa no glote.

COMO FALAR AOS SURDOS

NÃO SE ESQUEÇA:

O surdo não escuta e nem se escuta a si mesmo

1. MUITOS SURDOS NÃO TÊM POSSIBILIDADE DE COMPREENDÊ-LO  
SENÃO ATRAVÉS DA LEITURA LABIAL:

- nunca fale com ele quando ele não o possa visualizar bem. É necessário que antes de lhe falar, chame sua atenção por um sinal;

- em um curso, uma conferência, etc. cuide para que o surdo esteja bem colocado. Na sala de aula, o menino surdo ou portador de alguma deficiência auditiva deve ser colocado na primeira fila;

- coloque-se de tal jeito que seu rosto esteja em plena luz;

- não fique com um cigarro, um cachimbo, etc. em sua boca, nem ponha a mão diante dos lábios;

- coloque-se à sua altura. (Se se tratar de um menino com mais razão ainda);

- articule bem, mas sem exagerar e sem gritar;

- fale-lhe devagar.

## 2. UM SURDO QUE USA PRÓTESE NÃO É COMO UM OUVINTE:

- o aparelho não faz milagres. A compreensão da língua - gem exige uma longa e difícil re-educação;
- o aparelho ajuda (reforçando-o notavelmente nas referên- cias);
- a leitura labial é muitas vezes um complemento necessá- rio para o surdo profundo.

## 3. PARA SEGUIR UMA CONVERSAÇÃO, O SURDO TEM QUE FAZER UM GRANDE ESFORÇO PARA ENTENDÊ-LA:

- resuma brevemente o assunto da conversa para interessar o seu interlocutor. (Exemplo: "*amanhã*", o trabalho, "*seu salário*", "*seu filho*", "*suas férias*", etc.);
- dificilmente um surdo segue uma conversação sem um in- térprete.

## 4. ACONTECE QUE FREQUENTEMENTE, FALTA VOCABULÁRIO AO SUR DO, ELE DESCONHECE TODO O SENTIDO DAS FRASES E NÃO RECONHECE TO DAS AS PALAVRAS:

- construa frases curtas, corretas e simples;
- não lhe fale de modo vulgar ou em gíria;
- utilize frases simples;

- se não o compreender, repita-lhe. Se for necessário , procure outra palavra que tenha o mais aproximadamente possível o mesmo sentido, ou dê outra forma à frase;

- se for necessário, ajude a comunicação com um gesto ou uma palavra escrita.

O surdo acha-se facilmente isolado entre os ouvintes. Com frequência tem a sensação de estar marginalizado. Pense nisso quando o encontrar. Dedique-lhe um pouco de sua atenção.

Faça-o tomar parte da vida, informando-o do que se passa ou se diz ao seu redor.

AINDA QUE AGRADEÇAMOS PROFUNDAMENTE A PACIÊNCIA QUE VOCÊS TEM DEMONSTRADO EM MUITAS OCASIÕES PARA CONOSCO, OS SURDOS, VOCÊS COMETEM INVOLUNTARIAMENTE ALGUMAS FALTAS QUE NOS INCOMODAM MUITÍSSIMO.

COM SUA PERMISSÃO, VAMOS ENUNCIÁ-LAS:

1. Não chame a gente dando-nos pancadinhas que são às vezes bastante fortes e nos sobressaltam, nos incomodam e nos irritam. Pensem que, o nosso sistema nervoso e a nossa pele são sumamente sensíveis e estas pancadinhas são sentidas por nós des vezes mais do que vocês a sentem.

Basta que nos toquem SUAVEMENTE já estamos avisados de sobra.

2. Quando precisarem nos avisar de longe por favor não girem os braços como rodas de moinho e não os agitem exageradamente, isso nos humilha.

Basta que se coloquem em nosso campo visual, o qual é por certo bem amplo e desenvolvido nos surdos, para que possam chamar a nossa atenção.

3. Não vocalizem para a gente, pois isso, desfigura as palavras e dificulta a compreensão. Vocalizar é, para vocês, como que falar gritando e isso é mesmo desagradável. Basta que nos falem um pouco devagar, mas NORMAL.

Muitas vezes temos comentado que os compreendemos melhor quando conversam uns com os outros do que quando se dirigem a nós.

4. Quando lhes pedimos que nos façam uma chamada telefônica SORRIAM e não nos dêem a impressão de que estão nos fazendo um enorme favor que os aborrece muitíssimo.

Pensem que daríamos metade de nossa vida para podermos telefonar nós mesmos.

5. Não se empenhem em nos transmitir alguma coisa que outra pessoa esteja falando e menos ainda diante dela, a menos que nós a peçamos: pois isso nos faz sentir estúpidos.

Deem-nos uma margem de tempo suficiente para entender: a leitura labial é de compreensão mais lenta que a audição.

Preferimos que a pessoa que está falando nos repita, ela mesma, o que disse, se for necessário, mas sem "*Transmissores*".

6. Não se sintam nossos "*protetores*". Nós somos surdos mas inteligentes e é para nós agradável saber-nos independentes e auto-suficientes em tudo.

Agradecemos a atenção de vocês, sabemos que vão respeitar o que lhes pedimos.

Lembrem-se que numa das metas a atingir, pelo menos em teoria, é conseguirmos que os surdos sejam iguais a todo o mundo.